



## Interpeção Escrita

### **Garantir que o pessoal das entidades privadas de saúde goze de tratamento e de direitos e interesses de trabalho razoáveis**

Em 6 de Dezembro<sup>1</sup> do ano passado e no dia 4 deste mês<sup>2</sup>, no Boletim Oficial da RAEM (B.O.), foram publicados, respectivamente, avisos da Direcção dos Serviços de Saúde (DSM) sobre concursos externos de prestação de provas, para o preenchimento de 35 e 48 lugares de enfermeiro de grau 1, 1.º escalão, da carreira de enfermagem, em regime de contrato administrativo de provimento dos Serviços de Saúde. A prova de conhecimentos para o preenchimento dos referidos 35 lugares vai ser lançada em 21 deste mês<sup>3</sup>.

Recentemente, segundo as reflexões apresentadas por vários enfermeiros do Hospital Kiang Wu (Hospital) junto de mim, foi enviada uma mensagem interna, na qual afirmou o referido Hospital: “quem se inscrever no concurso da DSM, para poder participar nos respectivos exames, tem de entregar, ao mesmo tempo, a carta de renúncia ao Hospital Kiang Wu. O Hospital Kiang Wu não vai contratar os estudantes que se inscreveram no concurso da DSM; mesmo que a lista de candidaturas dos respectivos concursos só seja divulgada após o seu ingresso no Hospital, têm ainda de entregar, posteriormente, a carta de renúncia”. Na mesma mensagem referiu-se ainda

<sup>1</sup> <http://bo.io.gov.mo/bo/ii/2017/49/avisosoficiais.asp>

<sup>2</sup> <http://bo.io.gov.mo/bo/ii/2017/27/avisosoficiais.asp>

<sup>3</sup> <http://bo.io.gov.mo/bo/ii/2017/28/avisosoficiais.asp>



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

que: “o Hospital está a tentar melhorar as regalias de saúde dos trabalhadores, bem como as suas férias e remuneração, e vai implementar, brevemente, medidas concretas, portanto, espera-se que os estudantes possam considerar devidamente antes de fazer a inscrição nos concursos”. Segundo alguns enfermeiros, a referida mensagem preocupou os estudantes que se tinham inscrito ou que pretendiam inscrever-se nos concursos, mas estes duvidam da legalidade e razoabilidade da mesma. Muitos enfermeiros receiam “represálias”, após a participação nos exames dos concursos, especialmente, o despedimento sem justa causa ou a renúncia forçada.

Segundo a resposta do Hospital, na sequência da clara vontade de renúncia dos respectivos trabalhadores, para o Hospital poder proceder bem ao plano posterior de recrutamento, manter a concentração no trabalho por parte dos trabalhadores efectivos e evitar que a segurança dos doentes seja afectada por causa de falta de concentração no trabalho por parte dos trabalhadores que se tenham inscrito nos concursos, o Hospital só pode aconselhar estes últimos a renunciarem, quanto antes. O Hospital acrescentou que, sempre que o Governo realiza concursos de recrutamento, as entidades privadas de saúde perdem “um monte de pessoal”, e a instabilidade do grupo de pessoal afecta directamente a prestação dos serviços de saúde. Ao longo destes anos, a perda de enfermeiros do Hospital tem sido grave, e a taxa desta perda flutua consoante a frequência dos concursos de recrutamento lançados anualmente pelos hospitais do Governo. Entre 2014 e 2017, registou-se a perda de 381 enfermeiros. Segundo a descrição do Hospital, a perda de



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

enfermeiros parece uma “colheita de sangue”, situação esta que está cada vez mais grave.

A meu ver, o sistema de saúde público continua a expandir-se consoante as necessidades sociais e, devido às disparidades ao nível de regalias, remuneração e garantias, as entidades privadas de saúde, ao longo destes anos, têm estado a enfrentar a situação de distribuição desequilibrada de recursos humanos, o que tem levado, de certeza, a impactos para a qualidade e estabilidade dos seus serviços, e o moral da sua equipa. No entanto, o Hospital Kiang Wu é a entidade privada de saúde que recebe sempre apoio financeiro de grande quantia atribuída pelo Governo, isto é, segundo a lista de apoio financeiro trimestral publicada no B.O., nos últimos três anos, este recebeu da DSM um apoio financeiro, em média, de mais de 600 milhões por ano (o apoio financeiro total em 2017 foi de 669 494 845; e de 623 441 660 em 2016, e de 672 085 443 em 2015), tendo, então, a responsabilidade de rever as remunerações, as regalias e o volume de trabalho dos seus trabalhadores. A partilha pelos trabalhadores da linha de frente de alguma parte do financiamento atribuído pelo Governo assume relevância para o funcionamento saudável de todo o sistema de saúde privado.

Sendo uma entidade de saúde privada que funciona com o financiamento de centenas de milhões do erário público, se o Hospital Kiang Wu manda uma mensagem interna a referir a renúncia dos trabalhadores que se inscreveram nos concursos, mesmo sendo só um “aconselhamento”, pode provocar nos seus trabalhadores, devido à relação desigual de poderes entre as partes



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

patronal e laboral, uma pressão psicológica pesada, e prejudicar os direitos e interesses de trabalho dos mesmos, previstos na Lei das relações de trabalho. É inaceitável que os trabalhadores sejam despedidos ou obrigados a pedir renúncia por causa do estatuto de candidatos a lugares na função pública.

Pelo exposto, usando do poder em matéria de fiscalização, consagrado na Lei Básica da RAEM e no Regimento da Assembleia Legislativa, e solicitando que me seja dada, nos termos do artigo 15.º do Processo de interpelação sobre a acção governativa, uma resposta escrita dentro de 30 dias a contar do recebimento, pelo Chefe do Executivo, da presente interpelação, interpelo o Governo da RAEM sobre o seguinte:

1. Em relação à mensagem interna do Hospital Kiang Wu, na qual se aconselha os trabalhadores que se inscreveram nos concursos públicos a renunciarem, quanto antes, até houve trabalhadores despedidos ou obrigados a pedir renúncia por causa da participação em exames para lugares na função pública, como é que o Governo vai assegurar que os respectivos trabalhadores possam gozar de liberdade quanto à escolha de profissão e trabalho, prevista no artigo 35.º da Lei Básica, bem como dos direitos e interesses de trabalho previstos na Lei das relações de trabalho?
2. Nos últimos anos, o sistema de saúde público tem continuado a expandir-se. Com as disparidades ao nível de regalias, tratamento e garantias, agravou-se a perda de um “monte de pessoal” existente nas entidades privadas de saúde. Como é que o Governo vai resolver o desequilíbrio



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

quanto à distribuição dos recursos entre as entidades de saúde públicas e privadas? Contudo, o Hospital Kiang Wu recebe anualmente um financiamento de centenas de milhões do erário público, assim, o Governo deve definir um mecanismo de fiscalização, para prever que as entidades privadas de saúde tenham de colocar uma certa parte do financiamento recebido nas remunerações e contribuições para o regime de previdência dos seus trabalhadores. Vai fazê-lo?

3. A relação entre as entidades de saúde públicas e privadas deve ser de complementaridade mútua, especialmente as entidades privadas de saúde devem desenvolver o seu valor, isto é, a função de triagem de certas doenças menores, comuns e crónicas, para atenuar os encargos cada vez maiores das entidades de saúde públicas. O Governo tem alguma medida para reforçar a função de triagem das entidades privadas de saúde?

17 de Julho de 2018

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Sou Ka Hou**